

“RERUM NOVARUM”: UMA OPÇÃO DA IGREJA

Teresa M. Malatian
UNESP — Franca

O reconhecimento oficial, pela Igreja Católica, da chamada questão operária, ocorreu ao final do século XIX, com a Encíclica **Rerum Novarum** (1891). Pressionada pela evolução dos conflitos sociais e pela expansão das idéias socialistas, a hierarquia católica viu-se compelida a tomar partido nos problemas decorrentes da expansão capitalista e da consolidação da hegemonia burguesa na Europa.

Para tanto, a Igreja foi obrigada a superar as divergências que marcavam suas relações com a burguesia, a qual, através do liberalismo, defendia a liberdade, a igualdade, a propriedade e atacava o monopólio ideológico concentrado nas mãos da Igreja. Esta, por sua vez, perdia progressivamente sua posição de hegemonia enquanto concepção de mundo, ligada a uma ordem econômico-social ultrapassada. De concepção global do mundo, a religião viu-se ameaçada pelo racionalismo que pretendia substituir a revelação pela razão e defendia uma atitude secularista desde o século XVIII.

Com a **Rerum Novarum**, o papado tomou posição ao lado da burguesia nos conflitos sociais e iniciou a reação católica diante da perda de hegemonia ideológica, bem como procurou fazer renascer as corporações para exercer controle sobre a classe operária e expressamente “preservá-la do contágio do socialismo”.

A base da argumentação desenvolvida por Leão XIII para condenar a luta de classes é a afirmação do direito de propriedade privada, que estaria garantido tanto pelo direito natural como pelo direito positivo. A partir da afirmação desse direito são analisadas, no documento, as relações entre o capital e o trabalho e condenadas as propostas de substituição da propriedade privada pela propriedade coletiva.

Para dar maior ênfase ao direito de propriedade, é feita a defesa da desigualdade entre os homens como lei da natureza e justificada a desigualdade de condições pela desigualdade de inteligência, força e talento.

O terceiro elemento da argumentação é a concepção organicista que considera a sociedade como um organismo variado e com

funções diversas, as quais seriam desempenhadas pelos indivíduos em suas diferentes condições.

Esses três pilares da chamada doutrina social da Igreja, ao lado da defesa do trabalho, irão justificar a condenação de propostas que pretendessem modificar a ordem. Definido como “fonte única da riqueza das nações”, o trabalho é considerado na Encíclica como carga que o homem deve carregar como expiação do pecado original, suportando-o juntamente com a dor e o sofrimento. Ao mesmo tempo, a valorização do trabalho vai ao encontro de uma proposta que visava dar aos assalariados a esperança de que um dia, se trabalhassem bem, honestamente, e levassem vida ascética como nos tempos do cristianismo primitivo, poderiam juntar economias e tornar-se também proprietários. Dessa forma, patenteia-se a tradução, pela Encíclica, da ética capitalista e a distorção ideológica do mecanismo da acumulação.

Pretendendo afirmar-se como contrária tanto ao socialismo como ao liberalismo, numa postura intermediária que seria evidenciada pela proposta de uma legislação social conciliatória que aliviasse a situação dos operários, na realidade a Encíclica demonstra uma opção conservadora, mantenedora do *statu quo*. Mais ainda, arrogando-se o papel de detentora da solução do problema operário, a Igreja se colocava como apta a dirigir os esforços do governo e da sociedade civil na busca da superação dos conflitos e se oferecia como instrumento de divulgação da ideologia necessária à manutenção do consenso necessário à dominação burguesa. Tanto pela Encíclica em si, e pelas proposições que contém, e que deveriam servir de orientação aos católicos, como pela proposta corporativa que oferecia aos governos, parece clara a opção da Igreja. Nesse sentido, os católicos foram exortados a “ver as coisas como elas são”, aceitando pacientemente sua condição porque na sociedade a igualdade contraria a natureza. As duas classes opostas nos conflitos deveriam assim se unir harmoniosamente para promover o equilíbrio da sociedade. Além disso, todo cristão foi convidado a lembrar-se de que Cristo também foi pobre, que Deus se inclina mais para os pobres e que “o verdadeiro patrimônio dos cristãos é a virtude”.

Quanto às corporações propostas, além de regular as relações entre patrões e operários, sua maior preocupação deveria ser a instrução religiosa para que os operários se colocassem no caminho da salvação e escapassem dos erros e vícios, sobretudo do socialismo e das greves.

Considerada avançada, na época de sua divulgação, a *Rerum Novarum* parece ter representado mais uma tentativa de atualização, de modernização da Igreja Católica, que se colocou, a partir do documento, decisivamente atuante na questão social. Pressionada pela perda de terreno, optou pela defesa da ordem burguesa, atitude que só no decorrer deste século viria a se modificar, com a chamada “opção pelos pobres”, expressa pela Teologia da Libertação.